

## **Uma Releitura da Educação para Surdos, sob a Ótica do Entorno Brevense**

### **A Rereading of the Education for the Deaf, from the Perspective of Breves**

Monique Martins Parente\*

\*Universidade Federal de Sergipe, UFS, São Cristóvão - SE, 49100-000,  
e-mail: moniqparente@gmail.com

Danieli Aparecida From\*\*

\*\*Pontifícia Universidade Católica, PUCPR, Curitiba - PR, 80215-901,  
e-mail: arquivopr@gmail.com

**Resumo:** A educação para surdos é um dos temas abrangidos pela pedagogia inclusiva e, como tal, exige atenção e preparo específico para que o processo de ensino-aprendizagem ocorra de modo satisfatório, atendendo às especificidades e particularidades características do aluno com necessidades educacionais especiais. Para isso, é imprescindível haver profissionais capacitados, aptos a interagir com o surdo estimulando positivamente sua cognição e respeitando os aspectos identitários e culturais da comunidade surda. Igualmente importante é dispor de estrutura física adaptada para a inclusão e desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais. Contudo, esses e outros fatores, com frequência, assumem caráter ausente ou apresentam-se como percalço na unidade escolar. Atinente a isso, este artigo se dedica a discutir problemáticas presentes na educação de surdos e a necessidade de capacitação profissional como uma possível solução, em âmbito escolar, sob a ótica, principalmente, de autores que produziram estudos no entorno de Breves, município brasileiro do Estado do Pará. Para tanto, optou-se pela pesquisa bibliográfica como fonte prioritária de informações. Ao final do estudo, conclui-se que o respeito à diversidade, que pode ser conquistado e promovido também por meio de formação continuada, e a efetiva adoção da Libras no cotidiano escolar configuram-se como fatores determinantes no sucesso do percurso formativo e na consequente participação ativa do aluno surdo em sociedade.

**Palavras-chave:** surdo; educação para surdos; pedagogia inclusiva.

**Abstract:** Education for the deaf is one of the topics covered by inclusive pedagogy and, as such, requires specific attention and preparation for the teaching-learning process to occur in a satisfactory manner, taking into account the specific characteristics and particularities of the student with special educational needs. For this, it is essential to have qualified professionals, able to interact with the deaf by positively stimulating their cognition and respecting the identity and cultural aspects of the deaf community. Equally important is to have a physical structure adapted for the inclusion and development of the student with special educational needs. However, these and other factors are often absent or present as a hindrance in the school unit. In this regard, this article is dedicated to discuss issues in education and the need for professional training as a possible solution for the education of the deaf in the school environment, mainly from authors who have produced studies in the surroundings of Breves, municipality

Brazilian of the State of Pará. For this, we opted for bibliographic research as a priority source of information. At the end of the study, it is concluded that respect for diversity and the effective adoption of Libras in school daily are the determining factors in the success of the training course and in the consequent active participation of the deaf student in society.

**Keywords:** deaf; education for the deaf; inclusive pedagogy.

## 1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é uma questão constantemente explorada, em âmbito educacional, e alvo de abordagens que germinam, evoluem ou se recriam a cada nova geração. Recentemente, com adventos como a intensificação de campanhas e questionamentos que enfatizam a Língua Brasileira de Sinais – Libras, dentre outros, adquiriu-se novo fôlego nas discussões que envolvem a aplicação e disseminação de práticas que permitam ao surdo inteirar-se do mundo que o circunda e nele interagir ativamente. Em meio a isso, emergem problemáticas que permeiam a unidade educacional enquanto ambiente onde pode desenvolver-se potencialmente a inclusão ou, havendo a carência de capacitação profissional e de estrutura adequada, a exclusão do aluno com necessidades educacionais especiais.

Para compreender esse cenário, se faz necessário repensar a educação enquanto instituição social, analisando seus elementos constitutivos que alcançam diretamente o aluno e propiciam a evolução deste enquanto ser pensante, abrangendo as múltiplas faces do aspecto cognitivo. Nos entremeios da pedagogia da inclusão, emergem características comuns às salas de aulas de unidades educacionais diversas, *déficits* estruturais ou conceituais que atravancam o andamento do percurso escolar e, simultaneamente, a redescoberta de habilidades e competências exigidas ao corpo discente. É preciso rever esses pontos, e os caminhos traçados para suscitá-los, a fim de contemplar a realidade vivenciada pelo surdo em âmbito educacional e ressaltar alternativas que viabilizem a eficácia e efetividade inerentes ao sucesso do processo de ensino-aprendizagem. Caso contrário, corre-se o risco de nutrir a desinformação e o ilhamento concernentes a situações onde a insuficiência de orientação adequada e/ou de aporte científico dificultam a comunicação e as relações interpessoais.

Este estudo teórico foi conduzido por meio da análise acerca dos pontos preocupantes na educação para surdos, considerando-se a influência da presença da Libras na unidade escolar, com vistas a discutir possíveis soluções e enfatizar a urgência

em oferecer ao aluno com necessidades educacionais especiais um ambiente adequado que favoreça seu desempenho e atenda a questões pertinentes à cultura surda. Como metodologia, optou-se pela pesquisa bibliográfica, utilizando-se como aporte teórico prioritariamente as produções que abrangem temática ou geograficamente o entorno de Breves, município paraense localizado na Ilha do Marajó, e complementarmente obras editadas ou publicadas em Belém. De modo geral, o acervo engloba educação especial, inclusão, e educação para surdos.

## 2 ENFRENTAMENTOS PARA GARANTIR AO SURDO O DIREITO DE APRENDER E DE COMUNICAR-SE

A educação de surdos tem suas origens na Antiguidade, tendo o surdo sofrido diferentes discriminações, de acordo com a sociedade na qual se encontrava inserido. De modo geral, as pessoas com necessidades educacionais especiais foram constantemente lançadas à marginalização e alvo de preconceito. Segundo Oliveira (2011, p. 30),

No século IV a.C., Aristóteles afirmava que a educação somente poderia ser obtida através da audição. Portanto, alguém que não conseguia ouvir, que não possuísse linguagem, dentro de sua concepção, não seria capaz de aprender nada, sendo impossível o desenvolvimento do raciocínio. (OLIVEIRA, 2011, p. 30)

Porém, com o avanço civilizacional refletindo-se na ciência e na educação como um todo, essa premissa tem sido abandonada e encontra resistência que se alicerça, inclusive, em mecanismos como as ações afirmativas. Oliveira (2011, p. 57-58) pondera que a política de inclusão social e educacional tem sido empregada pelos governos para assegurar, por meio do Estado e do Poder Público, a participação da pessoa com deficiência na vida educacional, social, econômica e política, assegurando o respeito aos seus direitos em sociedade. Assim, estabeleceram-se leis de amparo e proteção à pessoa com surdez, destacando-se a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras; o Decreto nº 5.626/2005, que dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia; e a Portaria Normativa – MEC 20/2010, que dispõe sobre o PROLIBRAS.

Contudo, prevalecem manifestações que distanciam o surdo e dificultam seu cotidiano, sejam motivadas por ignorância sobre a cultura surda ou por ausência de estrutura apropriada a acolher o aluno com necessidades educacionais especiais. Apesar de a Lei nº 10.436, de 2002, ter reconhecido a Língua Brasileira de Sinais como língua oficial e garantido o apoio a seu uso e difusão, muitas Instituições mantêm-se alheias à comunicação em Libras ou desprovidas de equipe profissional capacitada para intermediar a comunicação entre surdo e ouvinte. À luz desse impasse, Pereira (2016, p. 23) afirma que “estudos comprovam que não existe compatibilidade entre o que prevê a lei e o que se pratica no ambiente escolar, o que reforça a existência de falhas e incongruências na operacionalidade desse processo”.

Como consequência, “mesmo nos dias atuais a educação inclusiva de alunos Surdos continua com muitos entraves ou problemas que geram o fracasso escolar e a dificuldade de interação do aluno Surdo na escola regular” (FIGUEIREDO; LOBATO; SILVA, 2016, p. 10) É o que atestam Ferrão e Lobato (2016, p. 34), ao afirmar que as escolas regulares inclusivas enfrentam dificuldades para, visando o desenvolvimento da aprendizagem sob a perspectiva inclusiva, garantir o acesso do aluno surdo às turmas regulares e cooperar com o bom desempenho deste. Miranda, Figueiredo e Lobato (2016, p. 31-32) pontuam que, como agravante,

Em grande parte das escolas de ensino regular faltam investimentos, não há profissionais capacitados para atuar com o ensino de Surdos fazendo com que os mesmos, após anos de escolarização, não desenvolvam suas habilidades de leitura e escrita paralelo ao aluno ouvinte, impossibilitando o processo ensino-aprendizagem do aluno Surdo e a interação deste com o seu meio social que está inserido. (FIGUEIREDO & LOBATO, 2016, p. 31-32)

Ante o ingresso do aluno surdo à turma regular, a escola deve se propor a pensar as possibilidades de interação entre este e os ouvintes, a fim de promover o efetivo intercâmbio de saberes e conceder o acesso do discente a toda a comunidade escolar. A diversidade se apresenta, pois, como um determinante no cotidiano da unidade educacional e exige adequações constantes que alcançam desde a elaboração de materiais didáticos específicos ao aperfeiçoamento pedagógico e adoção de novas formas de comunicação. Silveira e Costa (2016, p. 130) atestam que “a inclusão escolar ressignifica o papel da escola regular, modificando a abrangência do seu público alvo”. Porém, a inclusão, muitas vezes, não se concretiza na realidade, posto que o

planejamento didático-metodológico tende a ser conduzido de modo a atender turmas numerosas e, não raro, não se aplica às especificidades do processo de ensino-aprendizagem do aluno com necessidades educacionais especiais.

Silveira e Costa (2016, p. 130) destacam que, “na proposta inclusiva, busca-se que a escola se reconfigure para receber os alunos com necessidades educacionais especiais, oportunizando assim o desenvolvimento deles”. Desta feita, as salas de recursos multifuncionais colocam-se como um ambiente favorável à formação do educando e propiciam, por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE), a evolução cognitiva que se espera obter no decorrer da escolarização. Convém notar que a sala de aula regular e o ambiente de AEE identificam-se como ambientes distintos onde o aprendizado ocorre em complementação, de formas diversas. Entretanto, frequentemente, o segundo vai além do caráter de subsídio e assume função substitutiva sobre o primeiro.

Apesar dos múltiplos benefícios, o AEE não deve ser a via única de escolarização. Atendendo ao princípio da inclusão, é interessante que o aluno surdo compartilhe das possibilidades educativas proporcionadas ao educando ouvinte, e vivencie experiências próprias, percebendo em si mesmo as competências e habilidades a serem operacionalizadas na resolução de problemas e desafios. Para que a educação ocorra de modo a não limitar-se apenas a integrar o discente, o ideal seria, segundo Ferrão e Lobato (2016, p.41), “a escola ter que se adaptar ao aluno, buscando renovação em suas práticas pedagógicas e um ambiente escolar adequado, ou seja, a escola tem que oferecer subsídios adequados para uma prática educacional inclusiva para esses alunos”.

No entanto, apresenta-se como percalço significativo em âmbito escolar o fato de que, segundo Menêses (2015, p. 2), “muitos professores se queixam da dificuldade de comunicação com os alunos surdos, pois a maioria desconhece a Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS)”. O que torna imprescindível, segundo Lobato (2017, p. 75), pensar em ações educacionais que venham de encontro ao reconhecimento e valorização dos surdos considerando suas especificidades linguísticas. Para o autor, é preciso que a escola crie ambientes linguísticos que viabilizem a comunicação entre surdos e ouvintes, a fim de efetivar significativamente o processo de escolarização dos alunos surdos. Atinente a isso, para Silveira e Costa (2016, p. 132), as escolas devem dispor de professores fluentes em Libras, conhecedores da cultura surda e da sua luta

política da comunidade surda para assim possibilitar uma educação bilíngue, respeitando o sujeito surdo. Sendo um profissional conhecedor da realidade e vivência deste público.

Equivale a dizer que o percurso formativo do aluno surdo exige a identificação e adoção de atitudes que se adéquam à cultura e às formas pelas quais o educando se expressa, de modo a reconhecer a diversidade característica do processo de ensino-aprendizagem e as particularidades inerentes à individualidade de cada um, sem, no entanto, propiciar o distanciamento entre a realidade vivenciada pelo discente com necessidades educacionais especiais e a viabilizada ao ouvinte. Cabe à escola promover o encontro entre saberes e experiências, de ouvintes e de surdos, oferecendo proporcional amplitude de oportunidades e de potencialização do desempenho a todo sujeito cognoscente que integra a comunidade escolar, garantindo ao aluno, indistintamente, a participação ativa nos aspectos contemplados pela unidade educacional e a progressiva evolução enquanto ser pensante, a fim de garantir o pluralismo cultural e isonomia pedagógica. Pereira (2016, p. 20-21) acrescenta:

Uma educação realizada igualmente é o objetivo do modelo educacional que vê na inclusão um projeto de justiça social e autonomia. Um dos caminhos que apontam para isso é o compartilhamento dos mesmos espaços físicos educacionais e a possibilidade de acesso aos meios formais de escolarização, dos conhecimentos e da cultura. (PEREIRA, 2016, p. 20-21)

Sobre isso, Gonçalves (2016, p. 103) explica que “*respeitar as diferenças*<sup>1</sup> é dar a garantia de *acessibilidade*<sup>2</sup> de cada aluno conseguir sem muitos atropelos alcançar o domínio das linguagens, das artes e das ciências de forma geral”. Assim, para que a inclusão ocorra de forma integral e a construção cognitiva se desenvolva satisfatoriamente, cabe à escola flexibilizar ou adotar práticas inclusivas, abrangendo desde a orientação sobre as formas adequadas de relacionar-se com o surdo, nos diversos contextos do dia a dia, até a oferta ou promoção de capacitação específica para os profissionais que atuam junto aos alunos com necessidades educacionais especiais, dado que para “trabalhar com a educação especial necessita de constante atualização ou formação para dar conta das dificuldades encontradas ao longo do processo solicitado

---

<sup>1</sup> Grifo da autora

<sup>2</sup> Grifo da autora

aos professores para o atendimento das necessidades de cada aluno” (GONÇALVES, 2016, p. 103). Figueiredo, Lobato e Silva (2016, p. 11) complementam dizendo que

Incluir alunos Surdos em uma escola regular requer um corpo docente qualificado, pois somente o fato de se ter intérpretes de Libras em sala de aula não atende às especificidades individuais desses alunos. A escola como um todo necessita se adequar de modo a sanar as dificuldades do aluno Surdo e com isso promover o acesso desse aluno ao processo ensino-aprendizagem por meio da Libras. (FIGUEIREDO, LOBATO & SILVA, 2016, P. 11)

Figueiredo e Lobato (2016, p. 29) caracterizam a Libras ao afirmar que “é preciso aceitar as diferenças linguísticas dos Surdos, uma vez que estes possuem uma modalidade de comunicação visual espacial”. Em consonância, Gonçalves (2016, p. 103) assume que “o domínio da Língua de Sinais é fundamental para garantir a acessibilidade de comunicação e informação para surdos” e vai além ao afirmar que “sem essa fluência e domínio, as barreiras permanecem mesmo com a sala de recursos multifuncionais completa de materiais do tipo I e II, pois o principal não será correspondido – a comunicação em Libras”. Por isso, Ferrão e Lobato (2016) ressaltam que, sendo a Libras a língua oficial da comunidade surda e língua natural do aluno surdo, é dever das escolas perceber que o uso desta seja uma garantia de direito do aluno.

Assim, ao aderir ao uso da Libras enquanto língua oficial e instrumento de interação nas inter-relações humanas, a escola permite o acesso e a difusão das possibilidades advindas do processo de ensino-aprendizagem onde a cultura surda se expressa, favorecendo o enfrentamento de percalços com os quais se depara o aluno com necessidades educacionais especiais e possibilitando que estes convertam-se tanto em fonte de questionamentos quanto de alternativas a serem traçadas para desobstruir o êxito da aprendizagem, potencializando resultados e a atuação ativa em sociedade. É o que se observa no estudo sobre o futuro acadêmico e profissional de estudantes surdos do ensino médio, conduzido por Gonçalves e Lobato (2016), em Breves – PA, onde um aluno declarou que, tendo encontrado grande dificuldade em entender os sinais em Libras na Matemática e observado o mesmo em seus pares, almeja graduar-se em matemática para auxiliar outros surdos a compreenderem a disciplina.

Reconhecer o aspecto identitário do aluno é fator determinante no decorrer de sua formação e fonte de valiosas contribuições para o meio em que este está inserido, o

que torna possível estabelecer elos entre o processo formativo que se dá em ambiente escolar e, paralelamente, sua contribuição enquanto ser social. A língua materna do surdo constitui-se como seu principal mecanismo de interação e aprendizado, o que explicita a importância de a Língua Brasileira de Sinais alçar-se ao *status* de conhecimento comum a todos e justifica a urgência em capacitar os profissionais da educação a fim de torná-los aptos ou potencializar suas competências e habilidades também nesse campo do saber, a fim de sanar as dificuldades que permeiam a evolução discente. Caso contrário, coloca-se em risco não apenas os resultados obtidos ao fim dos anos escolares, mas também a evolução do aluno com necessidades educacionais especiais nos demais segmentos da vivência humana.

### 3 CAMINHOS E FAZERES POSSÍVEIS NO PERCURSO DO PROFISSIONAL QUE ATENDE SURDOS

Ao falar-se em capacitação e formação continuada como possível solução para os entraves enfrentados por falantes de Libras e pela comunidade escolar, emergem questionamentos característicos dos percursos formativos desafiantes, tais como onde buscar o conhecimento necessário para compreender e difundir a Língua Brasileira de Sinais ou como obter recursos que viabilizem a efetiva capacitação em Libras. Para responder a isso, convém observar práticas e atitudes do entorno brevesse que se apresentam como tentativas bem sucedidas de disseminação da língua de sinais, bem como oportunidades de estudo que favorecem a apropriação da Libras. O projeto **Libras e cultura surda: identidade e espaço para comunicação**, com autoria de Renata Kelly Palha Modesto, foi pensado para incluir a comunidade surda e incentivar discentes de Letras a atuarem como professores de Libras. Um dos objetivos é reunir a comunidade acadêmica em prol da criação de material didático para Libras como L2 e, nesse processo, promover manifestações artísticas em Libras. Pretende-se, assim, envolver surdos e ouvintes num projeto que ressignifica o papel de ambos, permitindo que haja aprendizado mútuo e aproximação entre as identidades culturais.

A adoção de recursos lúdicos e de artes cênicas como meios comunicativos favorecem a interação entre surdos e ouvintes, sujeitos abrangidos pelo projeto, visto que o nível de instrução formal não deve se colocar, nessa situação, como elemento

obstrutor do aprendizado e da socialização de saberes linguísticos. Eleger situações e/ou obras tipicamente cotidianas como elemento basilar na orientação dos diálogos e textualizações a serem elaborados conduz a um aprendizado efetivo onde a apropriação da língua ocorre como um todo, não se limitando a memorização de sinais isolados ou em contextos fragmentados e, ainda, impulsionando a capacitação de todos os envolvidos e a acessibilidade almejadas para a integralização do processo de ensino-aprendizagem. Cursos que se propõem a produzir eventos comunicativos reais, em contextos diversos e/ou rotineiros, se comprovam como recursos de eficácia duradoura na capacitação em Libras, em termos qualitativos e quantitativos, constituindo-se como alternativa para enriquecer a prática do profissional da educação que atua junto ao surdo e da sociedade em geral. É o que se confirma ao observar que, no projeto em questão, segundo a autora, a comunidade representa o maior público atendido.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação, em si, é um processo que se forma por ciclos onde é constante o aprendizado comum a todos os envolvidos. Em se tratando da educação para pessoas com necessidades educacionais especiais, não se foge a isso. A escolarização de surdos possui processos próprios que orientam a formação escolar por meio de metodologias e atitudes voltadas para atender à diversidade característica da comunidade surda e as especificidades inerentes à individualidade de cada um. É o meio no qual unir todos sob um mesmo propósito significa abranger a multiplicidade de propostas pedagógicas que se mostram eficazes no processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo e em seus relacionamentos interpessoais com os agentes do cotidiano.

Para tanto, é acertado disseminar o conhecimento e as práticas que proveem o sucesso no convívio junto à cultura surda, de modo a dissolver percalços e superar discrepâncias que obstaculizam a evolução social e cognitiva do aluno com necessidades educacionais especiais enquanto membro da comunidade escolar. Nesse aspecto, a Língua Brasileira de Sinais emerge como potencial ferramenta de desobstrução de saberes e se mostra capaz de potencializar a comunicação entre surdo e ouvinte, sendo esta última apontada como ponto crucial dentre as problemáticas enfrentadas na unidade escolar. Há, pois, que se investir na capacitação dos

profissionais que compõem a comunidade escolar, valorizando a cultura surda como fator determinante na evolução e integralização de toda a sociedade, para que a inclusão do surdo ocorra de fato em todos os segmentos e o processo de ensino-aprendizagem se perpetue com eficácia na formação escolar, respeitando-se a pluralidade sociocultural do alunado e incentivando sua atuação ativa por todo o percurso formativo.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Decreto n° 5626*, de 22 de dezembro de 2005, da Presidência da República. Regulamenta a Lei n° 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n° 10.098, de 10 de dezembro de 2000. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: 26 de agosto 2019.
- BRASIL. *Lei n° 10.436*, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abril de 2002. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm). Acesso em: 31 janeiro de 2019.
- FERRÃO, Cleomárcio Pereira. *A inclusão do aluno no ensino regular na perspectiva de professores do Ensino Fundamental*. 2015. 21f. TCC (Graduação em Letras Libras/Português). Faculdade de Línguas Estrangeiras Modernas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.
- FIGUEIREDO, Daiane Pinheiro; LOBATO, Huber Kline Guedes; SILVA, Fabio Rodrigues da. (orgs.) *Diálogos sobre inclusão escolar e ensino aprendizagem da Libras e Língua Portuguesa como segunda língua para surdos*. Belém-Pará: UFPA, 2016.
- GONÇALVES, Arlete Marinho. *O trabalho docente no atendimento educacional especializado: a apreensão das representações sociais*. MOARA – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras, Belém, n° 45, 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/3709/3903>. Acesso em: 21 fev. 2019
- LOBATO, Huber Kline Guedes. *Dizeres de uma professora sobre a escolarização de surdos no contexto da inclusão escolar em Breves-Pará. Periferia (Duque de Caxias)*, v. 9, p. 223-242, 2017.
- LOBATO, Huber Kline Guedes; AMARAL, Helen Nazaré Silva; SILVA, Lucival Fábio Rodrigues da. *Análises e reflexões sobre a inclusão escolar de alunos surdos no ensino regular*. In: Huber Kline Guedes Lobato, Lucival Fabio Rodrigues da Silva, Daiane Pinheiro Figueiredo (Org.) *Diálogos sobre inclusão escolar e ensino aprendizagem da Libras e Língua Portuguesa como segunda língua para surdos*. P. 8-17. ed. 1. UFPA: Belém, 2016.
- LOBATO, Huber Kline Guedes; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. *Perspectivas de uma professora itinerante sobre o aee para alunos surdos em Breves-Pará*. XII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, III Seminário Internacional de Representações Sociais – Educação, V Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente – SIPD – Cátedra Unesco e IX Encontro Nacional sobre Atendimento Escolar Hospitalar – ENAEH. Curitiba: 2015.

MENÊSES, Helena do Nascimento. *Atividades musicais de interação com alunos surdos: uma proposta desafiadora para profissionais da educação especial*. II Congresso Paraense de Educação Especial. I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará. 2015.

MIRANDA, Ana Patrícia e Silva de; FIGUEIREDO, Daiane Pinheiro; LOBATO, Huber

MODESTO, Renata Kelly Palha. *Libras e cultura surda: identidade e espaço para comunicação*. XVII Jornada de Extensão Universitária. Belém: 2014.

OLIVEIRA, Liliane Assumpção. *Fundamentos históricos, biológicos e legais da surdez*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2011.

PEREIRA, Gilson Carlos Rodrigues. *Os desafios da educação inclusiva no município de Breves: do processo histórico ao atual plano municipal de educação*. Revista Eletrônica Falas Breves, Breves, n° 3, 2016. Disponível em: <http://www.falabreves.ufpa.br/index.php/revista-falas-breves/article/view/34>. Acesso em: 21 fev. 2019.

SILVEIRA, Andréa Pereira; COSTA, Chayenne Amã Perez Santos da. *Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva: diretrizes para alunos surdos*. In: Huber Kline Guedes Lobato; Lucival Fabio Rodrigues da Silva; Daiane Pinheiro Figueiredo (org.). *Diálogos sobre inclusão escolar e ensino aprendizagem da Libras e Língua Portuguesa como segunda língua para surdos*. 1 ed. Belém – PA: UFPA, 2016, v. 1, p. 129-138.

Data de recebimento: 26/08/2019

Data de aprovação: 29/12/2019